

MÁQUINA SOCIAL EM TEMPO DE TRANSFORMAÇÃO*

*Enéas Costa de Souza***

Introdução: as metáforas do teatro social — a máquina e a máscara

O teatro social brasileiro é um espetáculo montado por atores que são os grupos e as classes e, em cada conjuntura, exhibe uma estrutura profunda, a verdadeira peça, que aparece e emerge na cena com uma máscara escondendo intenções, já que a ilusão faz parte deste teatro. Não é um teatro grego, não é um teatro trágico; é, sim, um realismo mágico sul-americano, isto é: comédia e tragédia. E a referida estrutura surge como se fosse uma máquina, cujo funcionamento tem uma trajetória precisa, que oculta, sob o disfarce da palavra e das vestimentas dos protagonistas, o seu diagrama de ação. Nesse sentido, há sempre algum ator, algum personagem, conduzindo os lances das cenas, e nada mais interessante do que ouvir a sua retórica confrontada com o conjunto de seus atos. Palavras e ação têm na política e na economia brasileira uma dissonância de repercussões quase soturnas, fazendo da hipocrisia a dimensão primeira das declarações. Assim, achamos que tem algum propósito buscarmos, na dialética da voz e da ação, as tendências que são os substratos da atual crise. Ou seja, queremos mostrar a máquina que está em funcionamento na montagem deste teatro, cujo desnudamento tem o sentido de apontar a racionalidade do que está acontecendo.

Fazendo uma análise mais demorada, chegamos à conclusão de que alguns atores e seus meios de comunicação estão trabalhando para criar fenômenos que emergem e nos forneçam um brutal sentimento de desestruturação da sociedade. Podemos caracterizar alguns pontos desse trabalho: desesperança popular, desmoralização do político, liquidação do princípio do planejamento, ausência de propostas de investimento e ruptura da identidade nacional. A nossa tese é que esses atores funcionam numa configuração de força que tenta conservar o estabelecido, desvinculando-se, no entanto, da defesa dele para melhor mantê-lo, através de um processo onde se elimina, nas forças políticas adversárias, a confiança delas nelas; e cujo resultado global é a fabricação ostensiva da imagem do descalabro.

* Este artigo é dedicado à memória de Fábio Gonçalves, ex-Técnico da FEE.

** Economista da FEE.

O cenário da economia e da política brasileira tem que ser pensado, portanto, como o efeito de uma máquina montada a partir das forças sociais que se antepõem. Quando falamos em máquina, usamos uma expressão candente, que está desvinculada de uma montagem física. Falamos no sentido metafórico. Máquina, então, significa uma estrutura, cuja coesão e rigidez do momento podem ser apresentadas sob uma máscara, que se quer — embora não seja — definitiva. Máquina sim; máquina que se autonomiza. Máquina que tem um conjunto de instrumentos, instituições e mecanismos que reitera uma determinada fisionomia — já dissemos, uma determinada máscara — desenhada pela intenção e pela vontade degladiante dos grupos sociais. Mas apropriada apenas por parte deles. E desse rosto é feito logo um fantasma, um simulacro que, emergindo nas manchetes, produz uma face de desorganização, de parada do tempo e da história, que leva à população o sentimento e a paixão do desespero. A produção social dessa máquina, instável e perene como as estruturas em crise — já que é uma estrutura em crise —, é apresentada por algumas classes como se fosse a eternidade de um instante, com o evidente propósito de elidir o futuro. E, no mesmo processo de apropriação do rosto, procura-se vincular essa figura como se fosse um espectro. Fabrica-se ou a presença de um salvador, ou o prolongamento da transição, ou a necessidade de interrupção democrática. Nunca se acreditou tão pouco na saída da situação como na capacidade do País. E o interessante é que antes, na época do “milagre” e no começo da “ciranda financeira”, a euforia de ser Brasil era a tônica e o exagero. Tudo no País, e hoje também, apesar do aparente descrédito do povo, se faz com excesso e demasia. Cabe a nós, portanto, desmanchar esse véu de ilusão negativa e ver qual o jogo que está por trás dela e o que fazem nele os parceiros históricos.

A cena política e econômica brasileira

1 — O capital brasileiro internacional

Para fazermos a análise estrutura/conjuntura da cena política e econômica brasileira, precisamos anotar o desempenho dos diversos atores sociais, tratando de mostrar o bloco de poder que dirige e comanda a realidade profunda das classes. Esse bloco está liderado pelo capital bancário internacional, cujo poder está vinculado aos recursos financeiros que pode aportar para novos investimentos, mas que faz nítido e presente de outro modo, quando exige o pagamento dos juros da dívida externa, através dos saldos comerciais. A sua força é enorme, principalmente porque resistiu às diversas tentativas de negociações, à moratória, jogando duro e forte na paralisação dos financiamentos à produção brasileira. Uma fração desse capital, a americana, tem um apoio muito importante no Governo daquele país, que hoje está muito próximo do setor bancário. Para o Brasil, esse capital tem um projeto clássico, ortodoxo, onde entram rearranjo e recuperação da economia através de medidas convencionais: corte do déficit público, desvalorização cambial, abertura e liberdade do comércio exterior, aumento das tarifas públicas, corte dos salários, elevação da taxa

de juros; enfim, recessão, quebra pura e simples de capitais mais fracos e problemas sociais para os assalariados. E, no fim do túnel, com um esforço longo, de cinco a 10 anos quem sabe, uma recuperação da taxa de lucro da economia e, aí sim, conseqüentemente, uma retomada do desenvolvimento. Ou seja, nesse processo, desconhecem-se a concentração e a centralização de capital, o retorno da produtividade via tecnologia, bem como a crise social oriunda do desemprego público e privado. O capital bancário internacional tem instituições que o amparam nas suas proposições: FMI, BIRD, etc., os quais planejam tanto a esfera produtiva como a esfera financeira. Basta vermos, além das conhecidas propostas do FMI, todas as do BIRD sobre dívida externa, comércio exterior, reorganização do sistema financeiro, etc., feitas sucessiva e reiteradamente nos últimos meses.

O projeto do capital bancário internacional passa pelos seguintes movimentos:

- a) parada do desenvolvimento econômico e saneamento dos capitais pouco lucrativos;
- b) reorganização da órbita financeira com a criação do banco múltiplo e redução significativa de bancos estaduais;
- c) taxa de juros interna a níveis internacionais para forçar inclusive taxas de lucro elevadas;
- d) ampliação do comércio exterior — aumento das exportações para pagar o serviço da dívida externa e aumento das importações para permitir escoamento de produtos internacionais; e
- e) aporte de capitais estrangeiros quando as taxas de lucro forem convenientes. Colocado assim, o projeto do capital bancário internacional prevê, ainda, uma reorganização do Estado brasileiro, buscando a eficiência da máquina administrativa, a diminuição da regulação econômica por parte de seus órgãos e a eliminação do emprego excedente no setor público. Da crise social o projeto não cuida e não atende, porque a reorganização econômica é prioritária em relação à crise social citada, sabendo-se que é aquela que vai permitir a supressão desta, na opinião dos representantes desse capital.

No jogo concreto das forças sociais, a negação permanente de solucionar a crise externa, através da desvalorização da dívida, da alteração nos prazos de pagamento, na concessão de novos empréstimos, inviabiliza o investimento e cancela o financiamento de uma parte considerável de um possível desenvolvimento brasileiro. E mais: a recusa insistente do capital bancário internacional de dar um tratamento adequado ao problema externo do Brasil alimenta também uma recusa do capital produtivo internacional de trazer investimentos diretos, bem como de ajustar associações com a finalidade de apontar e negociar tecnologia avançada. Com esses procedimentos, o País entra em xeque, está sitiado, sem condições de se mover. É preciso perceber, no entanto, que o projeto dos bancos internacionais para o Brasil encontra apoio e desapoio nos demais atores econômicos que atuam no País, situação que é semelhante na burocracia estatal.

De qualquer forma, a rigorosa quarentena imposta pelo capital bancário internacional à Nação estabelece uma redução concreta nos gastos de investimentos,

tanto a nível público quanto privado. E, como esse comportamento tem reflexo no capital produtivo internacional, em virtude da desmoralização do País como mau pagador e como país instável, ocorre a suspensão das atividades e projetos deste, como já tínhamos afirmado. Esse procedimento de ambos os capitais, apoiado pelos governos de cada país, cria, sem dúvida, uma enorme crise interna no Brasil, já que detém a política econômica naqueles pontos decisivos para um salto qualitativo na estrutura produtiva, para a constituição de um novo padrão de acumulação, ou seja, suspende investimento e tecnologia. Está aqui uma das chaves para compreender a perda da confiança que o País tem em si mesmo, afetando, inclusive, a identidade nacional. E o agudo dessa realidade é que há uma realimentação recíproca dos aspectos de fora e de dentro, prolongando o constrangimento, o desapareço e o desnortheio.

2 — O capital bancário nacional

Existe, no lado interno, um outro tipo de capital que aprisiona igualmente o Estado, e estamos falando do capital bancário nacional. Este é um setor que atua apenas no financiamento da produção corrente, no chamado capital de giro, e nos diversos campos da especulação financeira. Foi um capital que deu um salto e um pulo enorme no pós 64, seja porque se tornou indispensável para a colocação ampla de títulos do Governo, seja porque, ao redor de 1977, passou a comandar um processo que se chamou de “ciranda financeira”. Paremos um pouco aqui e olhemos um tempo mais esse aspecto, essa face do processo. Até 1964, o Governo emitia moeda constantemente para resolver as suas dificuldades de gasto, causando problemas inflacionários dramáticos. Após a ruptura política, via Tesouro Nacional, ele podia administrar a liquidez do sistema com títulos da dívida pública, o que fez com bons resultados até 1975-77. A partir daí, com a introdução da carta de recompra, na época do Ministro Simonsen, emergiu a possibilidade de “libertar” o *open market* de suas funções de instrumento da política monetária, pondo-o a serviço — e com que eficiência! — da valorização do capital, ao mesmo tempo em que financiava o déficit público. E, se combinarmos o longo movimento do endividamento externo com a entrada de capitais — entrada farta primeiro, árdua depois — para transferir a dívida do setor privado para o setor público, o que vamos perceber é que o capital-dinheiro vindo do Exterior passou a desaguar no mercado financeiro interno.

Em todo elemento do processo econômico há sempre um ponto em que ele se mostra estrutural. Foi o que também aconteceu com o endividamento interno, que, criando metástases no orçamento público, colocou o Governo no persistente e alucinante problema do déficit. Nesse momento, o setor bancário privado nacional passou a usufruir de um cartório, de uma fonte alimentadora de lucros inigualável, de um eterno retorno da valorização de seus ativos. Assim, há mais de 10 anos, com mínimos hiatos, sua posição é privilegiada. É verdade que, sem ele, o Governo não resolve suas necessidades de financiamento, mas é igualmente verdade que, em troca, lhe dá rentabilidade cativa com o patamar mínimo da taxa de juros, fornecendo-lhe, assim, possibilidades de juros reais quase incedíveis. Todavia, com esse liame

tácito, há uma inviabilidade no setor produtivo, já que, para financiar suas operações de curso normal, tem que enfrentar taxas de juros crescentes e esfuziantes correções monetárias. Desse processo ressalta com clareza: a causa principal da realimentação da inflação vem dos juros praticados por essa conexão estrutural entre Governo e capital bancário privado nacional.

Agora, podemos ter uma idéia muito concreta, demasiadamente preocupante, de como estruturalmente o capital bancário internacional e o capital bancário nacional amarram o Governo nos seus problemas de financiamento, cujo resultado é a asfixia do ato de investir; e de como esses mecanismos, ao serem reiterativos, anulam todos os esforços de política econômica para centrá-la na construção do longo prazo, na mudança do padrão de acumulação. Essas análises já foram expostas por outros autores, mas a importância de retratá-las de novo, mesmo que sumariamente, está na articulação dos mecanismos econômicos com as opções políticas dos setores e do Governo para o desenvolvimento do País. Assim, nesta altura do nosso texto, podemos indagar: qual é o projeto para a Nação do setor bancário privado nacional?

Na verdade, o que se pode sustentar é, ao contrário, uma ausência de projeto, uma incapacidade de conceber o futuro para todos os segmentos econômicos, mesmo numa proposta que o favoreça. Ao dizermos incapacidade, dizemos tudo e dizemos pouco, dado que essa questão nem brota, não existe nas considerações dos integrantes desse capital. Ela é uma questão vazia. Não há efetivamente uma concepção de desenvolvimento econômico e social; aparece, sim, uma concepção do imediato. Desse setor brotam inúmeras sugestões de política monetária e de crédito de curto prazo ou proposições de política econômica do tipo “corte do déficit público”. O que existe é uma visão só do presente, do presente sem futuro, onde todas as idéias de política sobre a moeda, o câmbio e o crédito são propostas para hoje. Numa palavra: o capital bancário privado nacional tem a política do agora. Assim, é importante pensar que o sistema financeiro nacional (exceção do BNDES e dos bancos de desenvolvimento e, em menor escala, do Banco do Brasil e dos bancos estaduais estatais) trabalha sem consciência efetiva da importância do crédito de longo prazo. Ou, por outra, o seu pensamento funciona em termos de repasse. Ou seja: se o capital bancário internacional reabrir o crédito, se o Governo fornecer os fundos indispensáveis, se o BNDES transferir seus recursos, é possível financiar o investimento. Dessa forma, apenas o setor público desse sistema — e prioritariamente o BNDES — trabalha para a construção de uma nova economia, buscando recursos internos e externos, mas com um montante bem aquém das nossas necessidades.

A falta de projeto do setor bancário privado nacional inviabiliza não só a criação de novos planos, programas, e mecanismos econômicos de longo prazo, como faz desse grupo social um aliado tácito do capital bancário internacional, pois a sua política, de fato, por ausência de proposta alternativa, subscreve a deste, já que, em última instância, o favorece. O crítico, o excessivamente perverso, é que o Governo, amarrado estruturalmente pelas duas dívidas, não encontra saída para a concepção de planos de desenvolvimento, pois onde achar fundos para o financiamento? Essa impossibilidade torna-se grave e tem uma repercussão desmobilizadora na economia brasileira. Os planos de longo prazo são abandonados; a inteligência, a política e a

burocracia nacional voltam-se para as soluções dos tropeços e das amarguras do curto prazo e para toda a sua infundável circularidade — moeda, compulsórios, títulos novos, administração da taxa de juros e da taxa de câmbio, corte de salários, etc. —, mas sempre e sempre com a visão próxima, com a visão miúda do já, do cotidiano larvar. E, assim, lentamente primeiro e depois definitivamente, somem da cena tanto o problema do investimento quanto o do futuro do País. E a consequência política terrível e retumbante é a enorme, a crescente, a protuberante e monstruosa desesperança no antigo “país do futuro”, no antigo “país da esperança”.

Antes de analisarmos a questão global, analisemos a implantação dessa posição do capital bancário privado. Ela corta a aglutinação com o capital industrial, já que este parte do interesse no desenvolvimento da estrutura da produção. Rompe, assim, com uma força conjugada com que ambas poderiam tentar solucionar — tendo projeto — os endividamentos externo e interno, o que quer dizer: ao menos, negociar uma trajetória de desenvolvimento para o País. Todavia os laços do capital bancário com a indústria, o comércio e a agricultura são fortemente especulativos, não se demorando na prioridade e na imperiosidade de um possível avanço da economia produtiva nacional. Com isso, uma desunião entre finanças e indústria — ou, pelo menos, uma não-afinidade mais integral — insinua, no corpo social da Nação, uma crise política e uma desordem econômica sem precedentes.

O enlaçamento da estrutura econômica, dos avanços e retardos do desenvolvimento, com os sentimentos da população faz-se por mediações diversas, desde os locais de trabalho até as notícias e opiniões da grande imprensa, gerando cadeias de significantes que acabam por se expressar em emoções diárias de aprovação ou repulsa ao Governo, que vão se acumulando para um dia serem canalizadas à direita ou à esquerda. Assim, no momento, quando o Estado fica paralisado pelas duas dívidas e encontra o capital bancário internacional e o nacional na posição de líderes do atual processo econômico e quando o setor financeiro não se liga ao setor produtivo e o investimento deixa de ser o motor da dinâmica econômica, abre-se um abismo entre o presente e o futuro, ficando o presente sem futuro, e este, sem aquele. A utopia desaparece do horizonte, os projetos são suspensos, e, lentamente, a desesperança faz-se ave desse momento, cujo vôo tem a melancolia dos seres em retardo.

3 — O capital industrial

Este breve espaço de presença dos sentimentos não nos deve ocultar, mas, sim, clarear, iluminar, a necessidade de armar o desenho da política profunda dos grupos da sociedade brasileira, os elos de toda a máquina que se movimenta na situação atual. Precisamos esclarecer a posição do capital industrial e acreditarmos que ele está dividido entre uma fração que deseja uma nova estrutura produtiva, moderna, com tecnologia de ponta e com um sistema financeiro se movimentando no financiamento dessa forma e outra fração que, já estando inserida no cerne da economia mundial, requer um Estado que o apoie nesse andamento de maior integração econômica. Esta última fração busca evitar os obstáculos resultantes de um endureci-

mento do Brasil com o capital estrangeiro e tem interesse menor num plano nacional de investimento. Mas a grande contradição desses dois grupos da indústria é a sua posição quanto ao Estado. A primeira deseja que ele continue na vanguarda das classes, desembaraçando espaços, negociando interna e externamente, enquanto a segunda tem preferência por um Estado que se solte da referida vanguarda, que recue e deixe os capitais privados ingressarem e mergulharem na competição internacional e que esteja atento e solidário com o seu apoio para que possam manter-se vivos nessa concorrência.

É somente se refletirmos sobre essa dupla intenção dos capitais da órbita produtiva, dupla intenção que cria divergência de atuações, que vamos descobrir um dos móveis do fracasso do Plano Cruzado¹. Neste, o capital industrial — evidentemente a primeira fração citada — projetava um país moderno, uma estrutura industrial atualizada tecnologicamente, e tinha, como um dos lados da estratégia, acordos múltiplos com o capital estrangeiro: tanto na dívida quanto nos investimentos diretos, tanto nos empréstimos quanto nas associações. Buscava igualmente um mercado de consumo de massa, onde o padrão brasileiro se aproximaria do americano e do europeu, por essa razão, o salário era uma preocupação dominante. Ou seja, os assalariados seriam um componente indispensável para a estratégia de vencer as resistências do capital bancário privado endógeno e do exógeno. O centro da estratégia era ainda o nacionalismo, capitalista sim, mas um nacionalismo soberano. Queremos dizer com soberano uma idéia de Nação com um Estado praticamente autônomo relativamente aos capitais, uma idéia do fim do século XIX, quem sabe início do XX. E, curiosamente, no capitalismo tardio, esse seria um Estado soberano que se retiraria para um segundo plano, progressivamente, na esfera econômica.

Podemos ver agora o que não se soldou desde logo no Cruzado: o próprio capital industrial. Havia nele um segmento com uma necessidade diversa: a expansão extrafronteiras, que um projeto “Brasil soberano” não atendia; barrava, ao contrário, os seus interesses e os seus movimentos. Mesmo a retirada do Estado, proposta pelo Cruzado, ao menos da liderança dos investimentos — já que a estratégia previa, primeiro, investimentos privados nacionais, depois, investimentos privados estrangeiros e, por fim, investimentos estatais — não servia a esse grupo, pois o que lhe interessava imediatamente era a sua capacidade de enfrentar os capitais internacionais na disputa do mercado fora do Brasil. Eram-lhe necessários equipamentos importados, financiamentos externos, linhas de financiamento para exportação, apoio de taxas de câmbio favoráveis, etc., que o Cruzado não lhe dava. Não que ele fosse contra a expansão e a mudança da economia internamente, mas o decisivo era uma competição integrada, onde a primazia viria ao encontro da internacionalização e não da

¹ Por comodidade, chamamos a administração econômica de Funaro de Plano Cruzado, na medida em que este envolvia, com o seu nome, o patamar inicial de um projeto que passava pelo Ministério da Fazenda, mas que teve origem numa fração do capital produtivo. Assim, ao chamarmos Plano Cruzado ou “configuração Cruzado”, buscamos apontar toda uma estratégia política com suas articulações concretas.

internalização dos efeitos econômicos. Com essa filosofia de ação, a ruptura deu-se rapidamente no próprio capital industrial, o que permitiu o enfraquecimento político da Nova República e a separação do projeto de pacto social entre o capital e os assalariados. Essa fraqueza de união dividiu também o Estado, que de soberano chegou a sua verdade, já que o Governo não conseguia negociar com o capital bancário internacional. Paralelamente, o capital bancário nacional reconverteu-se operativamente e refutou a manobra de colocá-lo à disposição da estrutura produtiva. Ou seja, o interregno Cruzado teve uma paixão nostálgica pelo capitalismo dos países avançados. O que ocorreu foi que uma fração do capital industrial articulou uma hegemonia que fugiu, pois sua outra parte tinha uma rota diferente. Com o estrondo desse malogro, pudemos enxergar o segundo lado da fenda que se instalou na identidade nacional, com a supressão do horizonte de futuro, uma vez que perderam quer a fração nacionalista do capital industrial, quer os assalariados. Logicamente, o tema do investimento sofreu um abalo, uma convulsão, porque toda a sua vigência passava não apenas pelo investimento de curto prazo das empresas, mas por um plano de investimento com o objetivo da transformação do padrão de acumulação para um novo. Essa idéia foi postergada, os assalariados logo perderam as vantagens do Cruzado, e o retorno da hegemonia bancária foi seguido por uma desordem nas expectativas da Nação.

Antes de continuarmos, precisamos fazer referência a um problema complexo, ao menos ligeiramente. Referimo-nos ao processo de autonomização da economia mundial. A internacionalização das empresas produtivas e financeiras, principalmente americanas, criou lentamente um processo econômico, cujo *locus* de atuação foi o espaço do mundo, que, na sua montagem e nas suas interligações, terminou por separar-se dos países, subordinando-os, sem deixar de passar por eles. Nesse sentido, esse processo é irreversível, e as fronteiras nacionais estão ultrapassadas, embora não superadas. A economia mundial, na sua trajetória de acumulação, tem leis que comandam ferreamente a necessidade concorrencial das empresas. Esta atravessa por dentro as economias nacionais, mas não é idêntica a elas, de tal sorte que, com contundência, impõe aos capitais estabelecidos no mercado mundial uma competição de inigualável agressividade. Para as empresas não há escolha, a melhor maneira inclusive de manter a liderança no seu espaço nacional é uma participação ou uma conquista do mercado mundial, porque dele poderá manter ou penetrar em qualquer espaço nacional. O matar ou morrer concorrencial tem uma dialética espaço interno-espaço externo, onde o segundo, sem dúvida, tem a prioridade, seja por causa da produção que é multinacional, seja pela realização de suas mercadorias, posto que o mercado internacional define a competitividade no mercado do seu país. Nessa ordem de idéias, é que se torna solar a racionalidade da fração mais significativa do capital industrial. O seu espaço é o mundo, e o seu interesse, a conquista externa. Não poderia mesmo apoiar o Cruzado, a determinação exógena tinha mais apelo do que a interna.

4 — A recusa do Cruzado e a liquidação do planejamento

Ainda existe dois aspectos que, no Cruzado e no pós-Cruzado, ficaram claros: de um lado, o papel subordinado, mas de grave rebelião, dos capitais comercial e agrário, bem como dos proprietários rurais e, de outro lado, o processo de inviabilização de um plano de investimento que culmina com a liquidação da idéia de planejamento estatal. Quanto ao primeiro aspecto, é necessário nuançar o comportamento desses grupos sociais e frisar que todos tiveram uma postura comum: recusaram o Plano Cruzado. Pois a sua ação básica era especulativa, seja em termos de mercadorias, seja em termos de terras, seja em termos de papéis financeiros. Embora tivessem conflitos fortes com o capital bancário na questão dos juros e embora tivessem contradições mesmo entre si, as opções feitas foram contra a liderança do capital industrial, quer porque este também impunha preços, quer porque havia a interrupção da enorme e fantástica especulação pré-Cruzado, da qual se beneficiavam intensamente. O capital comercial e o setor agrário — principalmente a pecuária — tomaram posições adversas à normalização e à retomada do desenvolvimento. Por isso, esses dois grupos sociais e mais os proprietários rurais se aliaram às propostas dos bancos privados. Principalmente porque, apesar de submetidos na política econômica destes, ficam soltos — dada a ausência de projeto do capital bancário privado — para as iniciativas que desejarem, desde uma participação na especulação desenfreada até uma ação rascante contra a reforma agrária.

Quanto ao segundo aspecto, a coisa passou-se e passa-se assim: o confronto social, trabalhado por homens singulares, por grupos econômicos, por empresas de todos os tipos, arma-se na profundidade da sociedade em classes e frações de classes, que efetuam movimentos tendendo à convergência e a opções e que, a cada momento, podem construir figuras novas dessa disputa e competição. No caso do pós-Cruzado, com a derrota dos industriais e dos assalariados, o que se observou foi uma configuração liderada pelo capital bancário internacional e pelo capital bancário nacional com a adesão do capital comercial, do capital agrário, dos proprietários rurais e até mesmo de uma fração do capital industrial. Só que todos agrupados um tanto frouxamente, dada a ausência de um projeto comum de desenvolvimento, já que o projeto ortodoxo do capital bancário dessa amálgama é a inexistência de uma onda de investimentos, suprimindo, assim, o movimento dinâmico da economia e uma extensa jornada na liquidação do planejamento estatal, cujo último semi-êxito tinha sido o II PND. Embora tenham existido e ainda existam reações contra a liquidação do planejamento, a verdade é que o cuidado com o longo prazo desapareceu, inclusive nos tempos do Ministro Sayad. O curto prazo perverteu todas as consciências, e, embora seja notório que só através de uma ligação entre o curto e o longo prazo pode se dar a recuperação da economia, o Ministério do Planejamento deixou de atender aos problemas de mudanças estruturais. Com essas análises, constatamos que a formação do bloco hegemônico que derrota o Cruzado rompe também com a identidade nacional, abandona um possível plano de investimentos e faz do planejamento estatal uma relíquia do passado.

5 — A desmoralização da política

A política profunda das classes faz-se presente através de várias mediações: na política partidária, na organização e nos jogos do Governo, do Executivo, do Legislativo e até mesmo do Judiciário. O processo que estamos analisando é o de, num sentido, mostrar a armação de um bloco de poder que articula, sob a liderança do capital bancário internacional e do nacional, os capitais comercial, agrário e, inclusive, industrial — este radicalmente dividido —, e, noutro sentido, registrar uma memória, um *flashback*, para caracterizar que esse bloco de poder derrotou um outro, que tentava soldar o capital, sob a hegemonia do capital industrial, efetuando — ou procurando efetuar — um pacto com os assalariados. Nesse confronto entre as duas articulações, chamamos a primeira de “configuração pós-Cruzado”, atualmente vitoriosa, e a segunda, de “configuração Cruzado”.

Quando a “configuração pós-Cruzado” se constituiu objetivamente, ela foi consolidando sua atuação, materialmente, através da ação, de normas, de resoluções, de regulações de órgãos e instituições governamentais. E a materialidade já construída em favor dessa configuração acaba por funcionar como se fosse uma máquina, um sistema, com um dinamismo cujo objetivo é realimentá-la e ampliá-la. Nesse movimento, ela produz efeitos que circulam socialmente, com intenções visíveis e invisíveis de prolongar o seu domínio.

Através desse processo, podemos captar um efeito decisivo nos dias de hoje, a desmoralização da política e do político. A Nova República foi a consequência de um movimento brilhante, onde se destacou a atividade “diretas já”, e que produziu a recuperação da referida política e dos políticos, com a derrota do autoritarismo e a valorização da democracia. A aliança entre indústria e assalariados, mesmo quando tênue, teve e tem sempre o efeito, na sociedade brasileira, de provocar um crescimento de toda a atividade do comércio social e da atividade política propriamente dita. E havia a promessa, nesse período de transição democrática, de que a Constituinte seria o grande centro das preocupações e que o político encontraria a sua valorização. No entanto surgiu, logo após a derrota do Cruzado, uma insinuante, insidiosa e sustentada campanha contra esse personagem, que se queria prestigiar. Eis o mecanismo concreto: desfavorecê-lo é a melhor forma de liquidar com a política, que, de instrumento de negociação e condução coletiva, passou a ser posta como coisa de tráfico pessoal.²

O político é um homem-chave numa sociedade, porque ele efetua o tráfico entre os grupos e as classes, sendo tanto negociador quanto conciliador, anuncia os acor-

² Esse efeito vai longe, pois essa desmoralização chega até ao desacreditamento moral dos homens e, em particular, do homem brasileiro. Não se pode, nem se deve, subestimar a profundidade política desse efeito, pois, as eleições estando às vésperas, nada impedirá a população, descrente no político, de escolher entre ou votar num candidato “salvador”, ou ficar indiferente a qualquer candidato e suas opções sociais, ou aceitar uma solução extra-eleitoral. Pelo menos duas delas são decisões aceitáveis aos conservadores.

dos e os desacordos possíveis e manobra para a construção e hegemonia de um determinado poder. E, de repente, o autoritarismo estando batido, os grupos que se estabeleceram nesse bloco pós-Cruzado não puderam lançar a campanha do retorno desse regime. Não havia, nem há, clima para essa volta. A primeira opção foi trabalhar para uma transição enervante e mais demorada, mesmo que se corresse o risco de introduzir um elemento de desintegração política. Uma segunda opção foi agir para que a democracia fosse alguma coisa entre os mais iguais e para que, aos menos iguais, ela nada ou pouco representasse. Nesse caminho, era indispensável desmaterializar a força do político, colocá-lo num segundo plano ou até mesmo no canto do desprezo. Se o desfiguramento do papel do político fosse possível, a negociação social ficaria reservada mais aos escaninhos tortuosos do poder. A liquidação do político permitiria que a democracia aparecesse como uma ilusão, só crível nos países avançados, e incapaz de dar frutos nesses trópicos. Nesse ponto, os capitais conservadores, usando a comunicação e sob a égide da imprensa livre, assumiram uma tarefa que já era visível nos tempos do Cruzado: criar uma torrente de manchetes, de fotos e de imagens, onde a balbúrdia, o desencontro, a descrença faziam parte da errância política. Precisamos dar mais relevo a esse ponto: a construção de uma consciência pública e política contra o político. Para isso, foram decisivos: notícias controversas de política econômica; temas políticos desfavoráveis sem continuidade jornalística; uma forma de mostração das atividades corruptas no Governo; a reiterada imagem de políticos sem escrúpulos, muito bem pagos, que trabalham pouco e que abandonam as teses de partidos progressistas; a insistência na desintegração partidária, inclusive com a ajuda dos próprios partidos; etc. Houve o envilecimento da figura do político para que, então, a desesperança, oriunda do fracasso do Cruzado e de um possível plano de investimentos, se aproximasse, e se chegasse a total desconfiança no político e na política, iluminando sombriamente a atmosfera social, capaz de esmaecer a democracia e permitir o nascimento de condições antidemocráticas. Essa realidade se fez mais candente ainda quando setores do Governo seguiram essa avenida, que trouxe, através principalmente da campanha dos cinco anos para a presidência da República e suas formas de convencimento, dúvidas a respeito da representação política.

Mas, se essas jornadas contra os políticos tiveram o sentido de mascarar intenções de manipulação de grupos sociais — e até mesmo vontades de retorno do autoritarismo —, os políticos também deram a sua contribuição para o denegrimiento de sua categoria social. É possível entender esse ponto, se pensarmos em termos da grande e da pequena política. As questões decisivas são aquelas da grande política, que tratam das preocupações fundamentais de uma nação: a soberania; o projeto nacional; a estratégia do país no contexto internacional; o exercício e o grau de democracia; a política econômica; as realizações sociais; a manutenção da liberdade e dos direitos humanos, sociais, civis e econômicos; o direito das minorias; a legitimação do Governo; a ideologia que organiza um país; etc. É óbvio que nenhuma nação, e muito menos nenhum político, vive todo o tempo da grande política. Se precisa das bandeiras desta, geralmente negocia com os interesses da pequena política: cargo, benesses, concessões, favores, etc. No entanto o estadista une a grande com a pequena

política num jogo onde a nação sai fortalecida, inclusive por intermédio das miudezas da vida diária. É a união do universal com o particular. Todavia o autoritarismo primeiro e a configuração econômica e política do pós-Cruzado depois geraram sempre espaços e homens que, nas atividades partidárias, parlamentares e de governo, pouco fizeram para unir as duas faces em discussão, trabalhando só no particular e no pequeno. E daí a imagem negativa de todos os políticos, desde o maior até o menor. A conclusão é imediata e simples: o cidadão passa a repugnar a sua representação. E o irreversível é que mesmo as medidas e os resultados obtidos no Governo e na Constituinte favoráveis aos trabalhadores são invalidados na imprensa, através de um esquema que privilegia o desencanto e o descrédito. Curiosa manobra daqueles que um dia noticiavam que nada no Brasil era problemático e que hoje proclamam o reino do caos.

Toda essa torrente de aspectos que envolve o político numa densa névoa com a finalidade de esfumaçá-lo e a dessintonia que vem efetivamente se fazendo entre a grande e a pequena política concorrem para a efetiva realização de um fenômeno já apontado: a progressiva perda da identidade nacional. Com essas análises sobre o político, sentimos que chegamos a um grau bem concreto de como o processo econômico, político e social atingiu, estilhaçando através da dicotomia grande/pequena política, a coesão da identidade nacional.

6 — A nova realidade

Estamos numa nova era da economia, o processo de constituição dos mercados mundiais provocou a disposição da produção empresarial de forma multinacional, fornecendo as condições para a autonomização dessa economia em relação às nacionais. Esse fenômeno se completou com a internacionalização dos bancos e dos circuitos financeiros na década de 70, internacionalização que afetou o grau de soberania dos Estados, sua moeda e seus controles econômicos. Nesse sentido, essa nova forma das relações da indústria, do comércio e das finanças e essa constituição de estruturas globais planetárias promoveram uma desqualificação das realidades internas dos países. A expansão dos capitais de qualquer nação tem o mundo como horizonte e como mercado. Toda a formação dessa concorrência internacional tem prioridade sobre as lutas nacionais. Ou seja, a economia produtiva e financeira é hoje mundial.

O efeito desse fenômeno, dessa autonomização, é brutal e contundente sobre uma economia como a brasileira, que chegou a uma certa modernidade a partir do final dos anos 50 e a uma maioria nos anos 70. E é mais convulsivo e inquietante, se pensarmos que o processo de industrialização e de criação dos circuitos financeiros teve a condução do Estado, num papel de liderança social, expressando as intenções das classes de vanguarda do capitalismo no Brasil. Aqui o Estado foi absolutamente inovador, pois usou a sua força para possibilitar saltos qualitativos profundos, como foi em 1956, como foi em 1975, etc. O que fica claro é que houve um longo processo de liderança desse ente através de modificações da sua estrutura, on-

de mudaram tanto as relações do Executivo com o Legislativo como o papel da Presidência da República e a constituição de centros burocráticos que assumiram a tarefa decisória fundamental. Apesar da boa bibliografia política já existente sobre o assunto, há uma longa história a fazer, há uma longa trajetória da relação entre economia e política que passa pelos Grupos Executivos de Juscelino Kubitschek, pelo Conselho Monetário Nacional na época Médici, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico da fase geiselista, até mesmo pela hegemonia recente do Banco Central e que liga o predomínio e os conflitos burocráticos com o movimento de acumulação do capital. Seja como for, há um percurso amplo que envolve inclusive a predominância da Fazenda — e, em alguns casos, do Planejamento — na organização e decisão da política econômica e na condução do Estado brasileiro.

No entanto o que importa aqui é salientar a necessidade de transformação da economia nacional e do novo Estado que vai se formar na fase de autonomização da economia mundial. Em suma, parece que acaba o Estado desenvolvimentista e principia outro, quem sabe um Estado conservador. Vamos esboçar alguns itens da questão.

Primeiro, a economia brasileira chegou a um certo impasse: desenvolveu-se estruturalmente na direção de setores modernos, tanto em bens de capital como em bens intermediários; só que a diversificação dessa estrutura, a partir de novas tecnologias, depende dos capitais forâneos. E fica cada vez mais nítido que as possibilidades de associações com esses capitais não são um problema originado só pela impossibilidade decorrente da negociação da dívida externa, mas também pela recusa deles em ceder seus processos tecnológicos.

Segundo, o desenvolvimento dos capitais ou conglomerados vai no sentido de se integrarem no grande mercado mundial, precisando para tal competir imediatamente com aumentos de produtividade, sobretudo através de avanços tecnológicos significativos. Apesar da necessidade de manter seguro os mercados nativos, há imperiosidade de ganhar os mundiais. E uma economia que se aventura na disputa internacional não pode manter durante muito tempo uma situação fechada e protecionista no comércio externo, há exigências objetivas de sua abertura.

Terceiro, para o novo movimento do capital localizado no Brasil, é indispensável que o Estado dê liberdade de negociação e de trânsito aos próprios capitais. Precisa transformar-se para, não diminuindo o seu grau de “intervenção”, fazê-la de uma forma diferente e outra. Sobretudo porque a sua política econômica deve atentar para dois aspectos:

- a) a necessidade de expansão internacional dos capitais aqui situados, tanto em aspectos da construção de plantas produtivas em outros países quanto nos aspectos de ampliação das exportações e de novas linhas de crédito, etc.;
- b) a exigência de fazer com que essa economia se desenvolva, se não dando saltos de qualidade, ao menos aprofundando a estrutura que já tem, se não inovando na química fina, na mecânica de precisão, na informática, etc., ao menos tendo a construção de toda a linha de aviões dentro da atual tecnologia por exemplo. Esses dois elementos são, no limite, contraditórios. Podem, portanto, esgaçar e romper, fraturar, uma linha de política econô-

mica. Culminam por embaraçar a ação de órgãos regulatórios e o uso de instrumentos diversos. Claro que não fica excluído algum tipo de política que aglutine, com imaginação, esses dois pólos, mas sabemos que ambos têm finalidades diferentes e distintas.

Quarto, para que esses aspectos econômicos aconteçam, é necessário:

- a) a fixação de um projeto nacional e de uma estratégia resultante do acordo de classes e camadas sociais;
- b) a definição conseqüente do papel do Estado e da estruturação de uma política econômica, que harmoniza as esferas produtivas e financeiras e a relação capital/trabalho;
- c) a articulação com o capital estrangeiro, resolvendo o “enigma” da dívida externa com o capital bancário internacional e dando espaços de lucratividade para integrar a múltipla associação do capital nacional com capitais produtivos de origem americana, alemã e japonesa principalmente, já com financiamento e produção, já com tecnologia e comércio internacional.

Quinto, para responder à crescente autonomização da economia mundial, à necessidade de internacionalização de capitais aqui instalados, à conveniência de não liquidar e não sucatear áreas importantes da economia, enquanto aguarda melhores momentos para uma nova associação com capitais alienígenas, à força de negociação do capital privado internacional e à recusa de transferência de inovação tecnológica por parte do capital produtivo internacional, à necessidade de dar maior liberdade de negociação individual aos conglomerados e capitais nacionais tanto externa quanto internamente, à necessidade de dar uma ordem política à desordem social causada por problemas econômicos, políticos e sociais, a dinâmica da sociedade pode fazer com que se movimente a nossa transição para a construção de um Estado não desenvolvimentista. Um Estado conservantista, que lute para não perder o que tem ou para perder pouco, enquanto aguarda as mudanças do padrão de acumulação mundial, para poder ser um novo pólo de difusão desse mesmo padrão. Como, aliás, convém a um capitalismo tardio . . .

Desenhado o quadro mínimo das grandes questões que envolvem dramaticamente a sociedade brasileira, podemos notar que a “configuração pós-Cruzado” não pode se manter e muito menos se sustentar, salvo numa catástrofe nacional. A máquina que se fabricou e se fabrica é uma máquina em crise, mas os grupos sociais que a amparam procuram disfarçá-la, procuram mostrá-la como persistente, para, diante dessas novas exigências, melhor dominar a situação social e construir uma nova e mais aperfeiçoada máquina de poder. Vemos que a máquina está em crise, pelo menos por duas razões: a exclusão de grande parte do capital industrial e a inexistência de um conjunto de idéias e de práticas, de um papel e de um lugar que assegurem aos assalariados a sua relativa satisfação social. A inflação ensandecida, uma outra face dessa máquina em crise, mostra diariamente que a desorganização social é brutal, porque a falta de projeto social dos capitais hegemônicos os leva à aguerrida disputa pela rentabilidade, a qualquer preço e sem qualquer visão de futuro. Nesse sentido, não se considera a reestruturação da estrutura da produção. Basta ver há quanto tempo não temos planejamento e não temos um plano de investimentos! A esfe-

ra produtiva tem algo a dizer — e vai dizer. Só uma crise majestosa, oriunda de uma conjugação de forças onde participassem os setores industriais internacional e nacional, impediria uma reformulação da produção. E, se há conformismo na desesperança momentânea, no nível da percepção da renda e do seu gasto em consumo, os empregados públicos e privados vêem diariamente — e, principalmente, em momentos críticos — saltos tremendos nos preços, e, logo, inconformismo. Há latência de manifestação outra nesse grupo social, que ainda não emergiu por falta de um catalizador e de uma direção política, mas a eleição de 1989 pode ser o ponto de reversão de uma nova trajetória. De qualquer modo, o que se sente é a desorientação dos assalariados, através de suas organizações, de suas representações, no que tange a um firme projeto de transformação social que não seja uma utopia escandalosa e nem uma aceitação insofreável do que lhes darão. O espírito das “diretas já” sentiu-se furtado, traído, mas ainda não é saudade definitiva. Aquilo que muito grupo social quer ver morto talvez esteja à espera de uma expressão política conveniente, ou de uma agremiação política atilada, ou de um mágico construtor de fantasias populistas.

Nas relações entre a economia e a política, a reorganização econômica pede reformulação política. E esta está em andamento no subterrâneo social, visível apenas diafanamente tanto no Legislativo quanto no Executivo. Estão se montando as bases de um novo Estado, novas regras para a alternância do poder, para o papel do Presidente da República, para a tributação e gasto público, para as propriedades privada e social, para a convivência com o capital estrangeiro, para a organização burocrática do Estado, etc. São tendências e esboços, que vão dar condições ao novo bloco de poder de expressar, através de uma nova política econômica, um possível projeto de nação. Assim, haverá uma realimentação recíproca entre a política e a economia para a construção de um novo Estado, que não será instantânea, mas o resultado de uma longa trajetória. Quão longa, depende de muitos fatores da intensa luta social, principalmente, tudo leva a crer, das reorganizações produtiva, energética, tecnológica e financeira da economia mundial, mas também do grau de coerência das forças internas no Brasil; inclusive da expressão que vier a ter o caráter inconformista e desesperançado dos grupos populares.